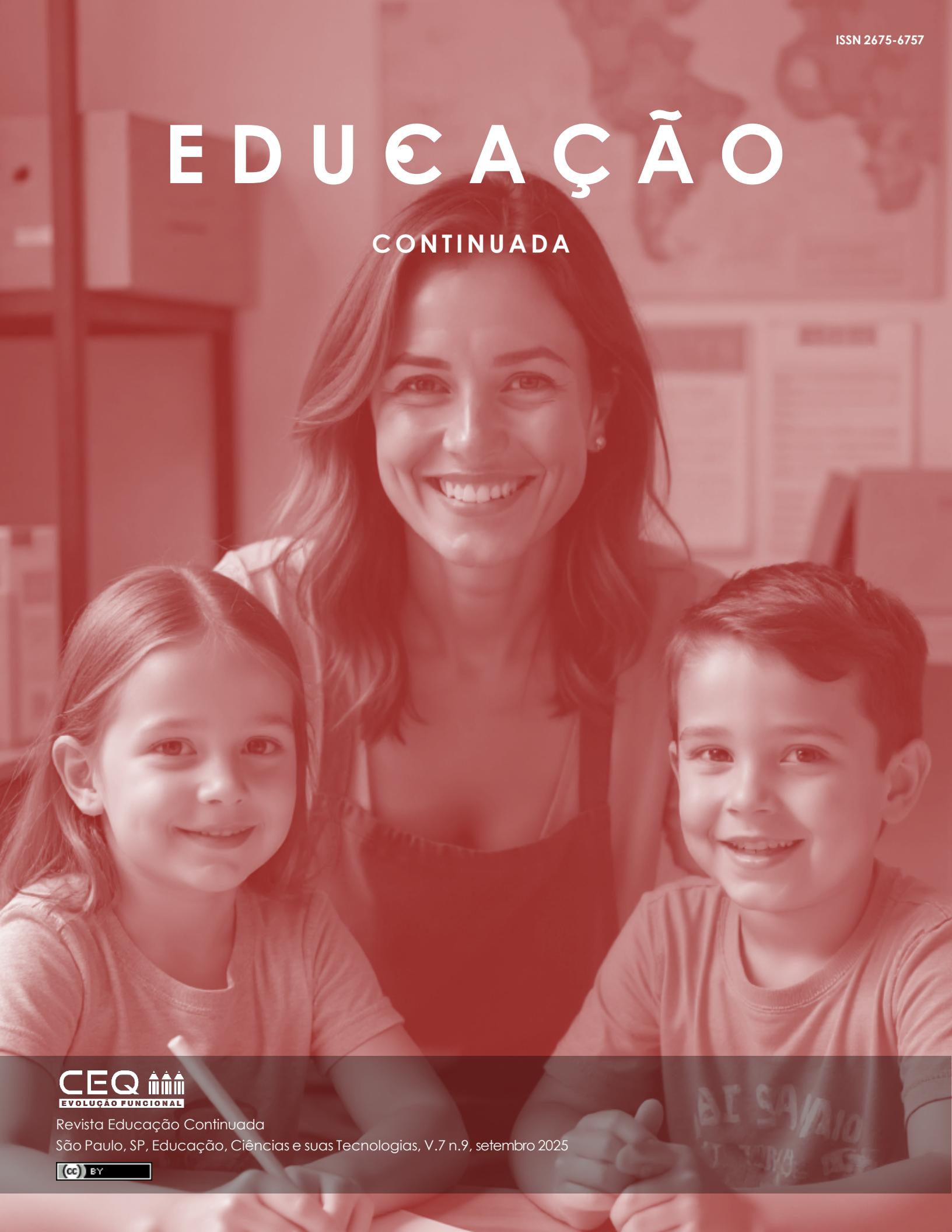


EDUCAÇÃO

CONTINUADA



Revista Educação Continuada

Educação, Ciências e suas Tecnologias

São Paulo - SP, V.7 n.9, setembro 2025

Conselho Editorial

Prof. Me. Enésio Marinho da Silva
Prof. Dr. Flávio da Silva
Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho
Me. André Santana Mattos

Comissão Científica

Prof. Dr. Flávio da Silva
Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho
Prof. Me. Marcos Roberto dos Santos
Profa. Esp. Maria Aparecida Alves Xavier
Prof. Dr. André Magalhães Coelho

Revisão e Editoração

Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho

Direção Institucional

Prof. Me. Enésio Marinho da Silva

E24

Revista Educação Continuada (Eletrônica) / [Editor Chefe]
Prof. Me. Enésio Marinho da Silva - Vol.7, n.9 (setembro, 2025) -
CEQ Educacional - São Paulo (SP): Editora CEQ Educacional,

125p.: Il color

Mensal

Modo de acesso:

ISSN 2675-6757 (On-line)

Data de publicação: 30/09/2025

1. Ciências Humanas; 2. Educação; 3. Tecnologias de Aprendizagem;
I. Título

CDU 37/49
CDD 372.358

Bibliotecário Responsável: Emerson Gustavo Nifa | SP-010281/O



SUMÁRIO

p. 5–10

FUNDAMENTAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Autor(a): **Flavia De Moraes Viventi**

p. 11–19

CONHECENDO A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

Autor(a): **Flavia De Moraes Viventi**

p. 20–25

FUNDAMENTOS DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Autor(a): **Flavia De Moraes Viventi**

p. 26–31

O PROTAGONISMO DO ESTUDANTE: LEGISLAÇÃO, DOCUMENTOS ORIENTADORES E A VISÃO DE TEÓRICOS

Autor(a): **Eduarda Pirini Pedro**

p. 32–36

A OBESIDADE E SAÚDE ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS: DESAFIOS E IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Autor(a): **Rosana Farias dos Santos**

p. 37–43

O SUCESSO ESCOLAR ATRAVÉS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Autor(a): **Roberta Cavalheiro Milani**

FUNDAMENTAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Autor(a): Flavia De Moraes Viventi

RESUMO

A Psicologia Social é um campo fundamental da Psicologia que busca compreender as relações entre o indivíduo e a sociedade, investigando como os processos sociais influenciam o comportamento humano e, simultaneamente, como os indivíduos contribuem para a construção e transformação das estruturas sociais. Este artigo tem como objetivo discutir a fundamentação teórica, filosófica e científica da Psicologia Social, apresentando seus marcos históricos, principais abordagens, conceitos centrais e aplicações práticas. A análise contempla o desenvolvimento dessa disciplina no contexto mundial e nacional, sua relação com outras áreas do conhecimento e sua relevância para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos. A Psicologia Social é entendida aqui como um campo interdisciplinar, dinâmico e comprometido com a reflexão crítica sobre a sociedade e o comportamento humano. O estudo propõe uma visão integradora, que considera tanto a dimensão subjetiva quanto a dimensão objetiva da experiência social, enfatizando a importância da consciência, da cultura e das relações interpessoais na formação do sujeito.

Palavras-chave: psicologia social; comportamento; sociedade; identidade; cultura; relações humanas.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Social consolidou-se como uma das áreas mais importantes da Psicologia contemporânea por investigar a complexa interação entre o indivíduo e o meio social. Seu objeto de estudo envolve os processos pelos quais as pessoas percebem, influenciam e se relacionam com outras em contextos culturais, históricos e institucionais específicos.

Desde suas origens, a Psicologia Social tem buscado compreender o modo como as crenças, os valores e as normas sociais moldam as condutas individuais e coletivas. Ao mesmo tempo, preocupa-se com a forma pela qual as ações humanas contribuem para a manutenção ou transformação das estruturas sociais. Essa perspectiva dialética é essencial para compreender que o ser humano é, simultaneamente, produto e produtor de sua realidade social.

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise ampla e sistemática sobre a fundamentação da Psicologia Social, evidenciando seus aspectos históricos, teóricos e epistemológicos, bem como sua relevância no cenário brasileiro. Pretende-se demonstrar que essa área da Psicologia não apenas estuda fenômenos sociais, mas também desempenha papel ativo na promoção de transformações e na compreensão crítica da vida em sociedade.

Contexto histórico da Psicologia Social

A Psicologia Social surgiu a partir da necessidade de compreender o comportamento humano em sua dimensão coletiva. No início do século XX, os estudos psicológicos concentravam-se em fenômenos individuais, enquanto as ciências sociais, como a sociologia e a antropologia, voltavam-se para as estruturas e instituições sociais. A Psicologia Social surgiu, portanto, como um ponto de interseção entre essas duas tradições científicas.

Em sua formação inicial, essa disciplina foi influenciada por diferentes correntes teóricas, como o behaviorismo, a psicanálise, o interacionismo simbólico e a psicologia da Gestalt. Cada uma dessas perspectivas contribuiu para a construção de um olhar mais abrangente sobre a natureza das relações sociais.

A partir da metade do século XX, a Psicologia Social passou a incorporar conceitos como atitude, percepção social, influência, liderança e papéis sociais, buscando compreender os mecanismos que orientam a convivência humana. No Brasil, a consolidação dessa área ocorreu especialmente a partir da década de 1960, quando começaram a surgir os primeiros programas de pós-graduação e centros de pesquisa dedicados ao estudo das dimensões sociais do comportamento.

O desenvolvimento da Psicologia Social brasileira foi marcado por uma preocupação ética e política, voltada para a compreensão das desigualdades, da opressão e das condições de vida da população. Essa perspectiva crítica levou ao surgimento de uma Psicologia Social comprometida com a transformação social, voltada à análise das relações de poder e da subjetividade em contextos históricos concretos.

Fundamentos teóricos e epistemológicos da Psicologia Social

A Psicologia Social baseia-se em um conjunto diversificado de fundamentos teóricos, que

refletem sua natureza interdisciplinar e seu diálogo constante com outras ciências humanas. Em termos epistemológicos, essa área reconhece que o comportamento humano é resultado de múltiplas determinações — biológicas, psicológicas, sociais e culturais.

O principal fundamento da Psicologia Social é a interdependência entre indivíduo e sociedade. Essa concepção rompe com visões reducionistas que explicam o comportamento apenas a partir de fatores internos (como impulsos ou traços de personalidade) ou externos (como normas e instituições). Em vez disso, a Psicologia Social propõe uma abordagem integradora, considerando o sujeito como um ser ativo que interpreta, atribui sentido e transforma a realidade na qual está inserido.

Outro princípio importante é o caráter histórico e cultural da subjetividade. O comportamento humano não é universal ou fixo, mas condicionado pelas formas de organização social, pelos sistemas de valores e pelas práticas culturais. Assim, compreender a ação humana implica analisar o contexto social e simbólico em que ela ocorre.

A Psicologia Social também se apoia em fundamentos éticos, defendendo a responsabilidade do psicólogo social diante dos problemas coletivos. A intervenção nessa área não se limita à compreensão teórica, mas busca contribuir para a melhoria das condições de vida, a promoção da justiça social e o fortalecimento dos laços comunitários.

Principais abordagens da Psicologia Social

A Psicologia Social abrange diversas abordagens teóricas que, embora distintas, compartilham o interesse em compreender as relações entre o indivíduo e o coletivo. Entre as principais, destacam-se a abordagem cognitivista, a comportamental, a psicodinâmica e a crítica.

A abordagem cognitivista enfatiza os processos mentais que influenciam a percepção e a interpretação das situações sociais. Estuda temas como atitudes, estereótipos, atribuições e tomadas de decisão. Essa perspectiva entende que o comportamento social resulta da forma como as pessoas processam informações e constroem significados sobre o mundo e sobre si mesmas.

A abordagem comportamental, por sua vez, concentra-se na observação do comportamento observável e nas relações de aprendizagem que determinam a conduta. Essa vertente valoriza os processos de reforço, modelagem e condicionamento que ocorrem nas interações sociais.

Já a abordagem psicodinâmica destaca os aspectos inconscientes das relações sociais, considerando que os vínculos interpessoais são influenciados por motivações internas e conflitos

psicológicos.

Por fim, a abordagem crítica da Psicologia Social, fortemente desenvolvida no Brasil e na América Latina, propõe uma análise das práticas sociais em seus contextos históricos e políticos. Essa perspectiva busca compreender o sujeito como ser histórico, inserido em relações de poder, e defende uma atuação profissional transformadora e emancipatória.

O indivíduo e a sociedade: um olhar relacional

A relação entre o indivíduo e a sociedade constitui o núcleo central da Psicologia Social. Essa relação é marcada por uma tensão constante entre autonomia e pertencimento, liberdade e conformidade, identidade e alteridade. O sujeito é formado nas interações sociais, mas também é capaz de agir sobre elas, transformando o meio em que vive.

A socialização é o processo pelo qual o indivíduo internaliza valores, normas e comportamentos que o habilitam a participar da vida coletiva. Essa internalização, porém, não significa passividade: o sujeito interpreta, ressignifica e, em muitos casos, questiona as regras sociais.

A Psicologia Social investiga, portanto, como os indivíduos constroem sua identidade e exercem sua agência em contextos de influência social. As relações interpessoais, os grupos e as instituições constituem os espaços onde o ser humano experimenta o pertencimento e a diferença, a aceitação e o conflito.

Dessa forma, compreender o comportamento social implica analisar os mecanismos pelos quais a sociedade molda o sujeito, mas também reconhecer sua capacidade de resistência, criação e mudança.

Identidade, cultura e comportamento social

A identidade é um dos conceitos centrais da Psicologia Social. Ela se constrói na relação entre o eu e o outro, entre o individual e o coletivo, e está intimamente ligada à cultura e às práticas sociais. A identidade é dinâmica, mutável e plural, refletindo as transformações históricas e os diferentes contextos de vida.

A cultura, por sua vez, fornece os símbolos, valores e significados que orientam o comportamento social. Cada sociedade possui formas específicas de interpretar o mundo, e essas

interpretações influenciam diretamente as ações e percepções dos indivíduos.

O comportamento social é, portanto, resultado de uma complexa rede de interações simbólicas, afetivas e cognitivas. Ele envolve processos de identificação, comunicação, cooperação e conflito. A Psicologia Social procura compreender esses processos, reconhecendo que o ser humano é um ser culturalmente situado, cujas ações expressam tanto dimensões individuais quanto coletivas.

Psicologia Social e transformação da realidade

A Psicologia Social não se limita à descrição dos fenômenos, mas busca transformá-los. Ao analisar criticamente as relações sociais, essa disciplina contribui para o desenvolvimento de práticas voltadas à justiça, à inclusão e à equidade.

No contexto brasileiro, a Psicologia Social tem desempenhado papel importante na defesa dos direitos humanos, na promoção da cidadania e no enfrentamento das desigualdades sociais. As práticas comunitárias e institucionais desenvolvidas nessa área visam fortalecer a participação social e a consciência coletiva.

A intervenção da Psicologia Social pode ocorrer em diversos espaços — escolas, empresas, comunidades, instituições de saúde, movimentos sociais — sempre com o propósito de compreender e transformar as condições que produzem sofrimento e exclusão.

Dessa maneira, a Psicologia Social assume um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Aplicações e relevância da Psicologia Social contemporânea

A relevância da Psicologia Social no mundo contemporâneo está associada à complexidade das relações humanas e às transformações aceleradas da sociedade. Questões como globalização, diversidade cultural, exclusão social, violência e crise ambiental exigem uma abordagem que considere os aspectos psicológicos e sociais de forma integrada.

A Psicologia Social contribui para compreender e intervir nesses fenômenos, fornecendo subsídios para políticas públicas, ações educativas e estratégias de promoção da saúde mental coletiva. Além disso, oferece instrumentos para o trabalho com grupos, equipes e organizações, favorecendo a cooperação e o diálogo.

No campo acadêmico, a Psicologia Social continua expandindo suas fronteiras, dialogando com áreas como comunicação, educação, política e economia. Seu caráter interdisciplinar permite compreender o ser humano em sua totalidade, considerando tanto suas dimensões subjetivas quanto suas condições materiais de existência.

CONCLUSÃO

A Psicologia Social constitui um dos pilares fundamentais da Psicologia moderna, pois busca compreender o ser humano em sua dimensão social, cultural e histórica. Sua fundamentação teórica baseia-se na ideia de que o comportamento e a consciência são construídos nas relações entre indivíduos e sociedade, e que a subjetividade é inseparável do contexto coletivo.

Ao longo de seu desenvolvimento, essa disciplina passou por diversas transformações conceituais e metodológicas, incorporando contribuições de diferentes correntes do pensamento científico e filosófico. A Psicologia Social contemporânea assume uma postura crítica e reflexiva, comprometida não apenas com a explicação dos fenômenos, mas também com a promoção de transformações sociais significativas.

Sua relevância está em oferecer uma visão integrada do ser humano, reconhecendo-o como sujeito ativo, capaz de interpretar e modificar o mundo em que vive. Assim, a Psicologia Social permanece como um campo essencial para a compreensão da sociedade e para o fortalecimento de práticas voltadas à emancipação e ao bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2021.
- CAMPOS, R. H. F. *Psicologia Social: fundamentos e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- LANE, S. T. M.; CODO, W. *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 2016.
- MARTINS, J. C. *Psicologia Social e contemporaneidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- PEREIRA, F. M. *Teorias e práticas em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.
- SPINK, M. J. P. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2019.
- SILVA, M. A. *Psicologia Social Crítica: teoria e intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2022.
- YAMAMOTO, O. H. *Psicologia Social: compromisso ético e político*. São Paulo: Hucitec, 2021.

CONHECENDO A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

Autor(a): Flavia De Moraes Viventi

RESUMO

A Psicologia Organizacional é uma área da Psicologia que se dedica ao estudo do comportamento humano no contexto do trabalho e das organizações. Seu campo de atuação envolve a compreensão das interações entre o indivíduo e o ambiente organizacional, buscando promover o bem-estar, a motivação, o desenvolvimento de competências e o alcance dos objetivos institucionais. Este artigo tem como objetivo apresentar uma visão ampla sobre os fundamentos, as práticas e os desafios da Psicologia Organizacional, abordando aspectos históricos, conceituais e aplicados dessa área. São discutidas as transformações do mundo do trabalho, o papel do psicólogo nas empresas, a gestão de pessoas e a importância do clima organizacional na produtividade. Também se enfatiza a relevância de práticas humanizadas que considerem o trabalhador como sujeito ativo na construção do ambiente laboral. O estudo ressalta que compreender a Psicologia Organizacional é essencial para o desenvolvimento de estratégias que equilibrem as demandas produtivas e o bem-estar humano, fortalecendo o papel das organizações como espaços de realização e crescimento coletivo.

Palavras-chave: psicologia organizacional; comportamento humano; trabalho; motivação; gestão de pessoas.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Organizacional constitui um dos campos mais dinâmicos e relevantes da Psicologia contemporânea, por se situar na intersecção entre os interesses humanos e as demandas das organizações. Sua importância se revela na capacidade de analisar o comportamento das pessoas no ambiente de trabalho, compreender os processos motivacionais e relacionais e contribuir para a construção de contextos laborais mais saudáveis e produtivos.

Ao longo das últimas décadas, as transformações econômicas, tecnológicas e sociais alteraram profundamente as formas de trabalho, exigindo das organizações novas estratégias de gestão e valorização do capital humano. Nesse cenário, a Psicologia Organizacional surge como uma ciência aplicada que busca harmonizar as metas empresariais com o desenvolvimento pessoal e coletivo dos trabalhadores.

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão abrangente sobre a Psicologia Organizacional, explorando seus fundamentos, campos de atuação e relevância para o contexto atual. Serão analisados o processo histórico de consolidação dessa área, seus principais conceitos, as práticas voltadas à gestão de pessoas e as perspectivas futuras diante das novas realidades laborais. A proposta é oferecer uma compreensão integradora sobre o papel do psicólogo organizacional como agente mediador entre indivíduo e instituição.

Fundamentos da Psicologia Organizacional

A Psicologia Organizacional tem suas origens nas primeiras décadas do século XX, momento em que as preocupações com a eficiência produtiva e o comportamento humano começaram a ganhar espaço nas empresas. A necessidade de compreender o trabalhador para melhorar o desempenho e reduzir conflitos impulsionou o surgimento de estudos voltados à motivação, liderança e dinâmica de grupos.

Com o tempo, essa área evoluiu para uma abordagem mais complexa e humana, reconhecendo que o trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas também um fenômeno psicológico e social. Assim, a Psicologia Organizacional busca compreender o comportamento das pessoas dentro das instituições, considerando fatores como motivação, comunicação, liderança, cultura organizacional, valores e emoções.

Seu objetivo fundamental é promover o equilíbrio entre a realização pessoal e o sucesso institucional. O psicólogo organizacional atua tanto na seleção e treinamento de pessoal quanto no planejamento de estratégias que favoreçam a saúde mental, a satisfação profissional e a produtividade. A valorização do capital humano tornou-se um princípio essencial, reconhecendo o trabalhador como parte central do processo produtivo.

O Indivíduo e o Trabalho

O trabalho ocupa um papel central na vida humana. Ele é fonte de identidade, de sustento material e de integração social. Na perspectiva da Psicologia Organizacional, compreender o indivíduo em seu ambiente laboral significa compreender suas necessidades, motivações e percepções em relação às tarefas que desempenha.

O trabalhador não é apenas uma peça do sistema produtivo; ele é um sujeito dotado de emoções, expectativas e valores. Dessa forma, a Psicologia Organizacional busca entender como fatores individuais, como personalidade, crenças e atitudes, influenciam o comportamento no trabalho. Essa análise permite a construção de ambientes mais saudáveis e de políticas que promovam o engajamento e a satisfação profissional.

Além disso, o contexto organizacional interfere diretamente nas formas de agir e de se relacionar. Estruturas hierárquicas rígidas, pressões por resultados ou falta de reconhecimento podem gerar estresse, desmotivação e sofrimento psíquico. O papel do psicólogo organizacional é identificar esses fatores e propor estratégias de intervenção que estabeleçam o equilíbrio entre o indivíduo e o ambiente de trabalho.

O Contexto Organizacional e suas Dinâmicas

As organizações são sistemas complexos compostos por pessoas, processos, tecnologias e valores. Cada organização desenvolve uma cultura própria que orienta comportamentos, normas e expectativas. Essa cultura influencia diretamente a maneira como os colaboradores se relacionam entre si e com a instituição.

A Psicologia Organizacional estuda essas dinâmicas com o propósito de compreender os padrões de comunicação, os estilos de liderança e as relações de poder. O clima organizacional, por exemplo, é um dos indicadores mais importantes para avaliar o grau de satisfação e de envolvimento dos trabalhadores. Ambientes de trabalho positivos tendem a favorecer a cooperação, a criatividade e o comprometimento coletivo.

Outra dimensão importante é a motivação. Compreender o que motiva as pessoas a desempenharem suas funções é um desafio permanente. Fatores como reconhecimento, oportunidade de crescimento e sentido no trabalho exercem papel essencial na manutenção do engajamento e na redução do turnover. Assim, o psicólogo organizacional atua como facilitador do diálogo entre a gestão e os colaboradores, buscando estratégias que atendam às necessidades de ambos.

Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Humano

A gestão de pessoas é um dos pilares da Psicologia Organizacional. Ela compreende um conjunto de práticas destinadas a atrair, desenvolver e reter talentos dentro das empresas. O foco principal é potencializar as competências humanas, promovendo o crescimento profissional e o alinhamento com os objetivos da organização.

Entre as principais atividades da gestão de pessoas estão o recrutamento e seleção, o treinamento e desenvolvimento, a avaliação de desempenho e o planejamento de carreiras. Em todas essas etapas, o psicólogo organizacional desempenha um papel estratégico, pois sua formação permite compreender os aspectos subjetivos que influenciam o comportamento humano no trabalho.

O desenvolvimento humano dentro das organizações é um processo contínuo que envolve aprendizagem, autoconhecimento e construção de competências. Programas de capacitação, feedbacks construtivos e políticas de valorização profissional são fundamentais para fortalecer o vínculo entre o trabalhador e a empresa. Quando a instituição reconhece e investe nas potencialidades de seus colaboradores, cria-se um ambiente favorável à inovação e à cooperação.

Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho

Com o aumento da competitividade e das exigências por produtividade, cresceu a preocupação com a saúde mental dos trabalhadores. O ambiente organizacional pode ser tanto fonte de realização quanto de sofrimento psíquico. Questões como sobrecarga de tarefas, pressões excessivas e ausência de reconhecimento estão entre os principais fatores de adoecimento ocupacional.

A Psicologia Organizacional atua no sentido de promover o equilíbrio emocional e a qualidade de vida no trabalho. Isso implica criar condições favoráveis ao bem-estar, à segurança e à valorização da pessoa. O psicólogo pode desenvolver programas de prevenção ao estresse, ações de apoio psicológico e campanhas de saúde ocupacional.

Promover a qualidade de vida no trabalho significa também oferecer um ambiente ético, inclusivo e participativo. A escuta ativa, o respeito à diversidade e a valorização das diferenças são elementos essenciais para a construção de um clima organizacional saudável. Dessa forma, o

investimento no bem-estar dos trabalhadores não é apenas uma responsabilidade social, mas também uma estratégia de fortalecimento institucional.

Desafios Contemporâneos da Psicologia Organizacional

As transformações tecnológicas e sociais têm provocado mudanças profundas nas formas de trabalho e nas relações dentro das organizações. A digitalização, o trabalho remoto, a diversidade geracional e cultural, e as novas configurações de carreira representam desafios para a atuação da Psicologia Organizacional.

Nesse contexto, o psicólogo precisa desenvolver competências voltadas à gestão de mudanças, à inovação e à mediação de conflitos. A compreensão dos impactos das tecnologias sobre o comportamento humano é cada vez mais necessária. Além disso, o profissional deve atuar como facilitador da comunicação e promotor de ambientes colaborativos em tempos de incerteza e volatilidade.

Outro desafio importante é conciliar os interesses econômicos das organizações com as necessidades humanas de seus colaboradores. O equilíbrio entre produtividade e bem-estar continua sendo um dos maiores objetivos da Psicologia Organizacional. A ética profissional e o compromisso com a valorização do ser humano devem nortear todas as práticas e intervenções.

A Psicologia Organizacional no Contexto Brasileiro

No Brasil, a Psicologia Organizacional consolidou-se como uma área de grande relevância tanto acadêmica quanto prática. O mercado de trabalho reconhece cada vez mais a importância do psicólogo nas empresas, especialmente em processos de seleção, treinamento, desenvolvimento e gestão de pessoas.

As especificidades culturais e socioeconômicas do país exigem uma atuação sensível às diferenças regionais e às desigualdades sociais. O psicólogo organizacional brasileiro precisa compreender as realidades locais, respeitar as diversidades e promover ações que favoreçam a inclusão e a equidade.

Os trabalhos e saberes da Psicologia são requisitados por Promotores de

Justiça, Magistrados, Defensores Públicos e Advogados para atuar na fase processual, e na fase pré-processual, além desses atores, também pelas polícias judiciais. (TRINDADE, 2017).

A Psicologia, enquanto ciência que estuda o comportamento humano e os processos mentais, tornou-se uma ferramenta indispensável para o Sistema de Justiça. Promotores de Justiça e Magistrados frequentemente requisitam a atuação de psicólogos em processos judiciais, especialmente nos âmbitos cível, criminal, trabalhista e de família, porque esses profissionais oferecem subsídios técnicos e científicos que auxiliam na compreensão do comportamento das partes envolvidas e na tomada de decisões mais justas e fundamentadas.

Natureza e Finalidade da Atuação Psicológica no Sistema de Justiça

A atuação do psicólogo no contexto jurídico tem caráter técnico-científico e não jurisdicional. Ou seja, o psicólogo não julga, mas fornece informações que auxiliam os operadores do Direito — juízes, promotores e advogados — na análise da dimensão subjetiva dos fatos.

Os profissionais de Psicologia são chamados a realizar avaliações, perícias, laudos e pareceres técnicos, com base em métodos reconhecidos pela ciência psicológica, para compreender aspectos como:

- estado emocional e psicológico das partes;
- capacidade civil e cognitiva;
- vínculos afetivos e familiares;
- possibilidade de dano psíquico;
- dinâmica das relações interpessoais envolvidas no processo.

Assim, o trabalho do psicólogo fornece elementos humanos e subjetivos que o Direito, por si só, não consegue apreender de maneira objetiva.

Fundamentação Legal e Ética da Atuação Psicológica no Judiciário

A presença do psicólogo no sistema de justiça brasileiro é respaldada por legislações e normativas específicas. O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e o Código de Processo

Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941) reconhecem a perícia psicológica como meio de prova, permitindo que o juiz determine a realização de exames e avaliações por profissionais habilitados.

Além disso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio de resoluções — como a Resolução CFP nº 006/2019, que regulamenta a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo — estabelece os princípios éticos e técnicos que devem orientar essas intervenções.

O psicólogo, ao atuar em processos judiciais, deve preservar o sigilo profissional, a imparcialidade, a dignidade da pessoa humana e o respeito aos direitos fundamentais. Sua função não é favorecer uma das partes, mas contribuir para que a decisão judicial se baseie em informações amplas e cientificamente fundamentadas.

Os psicólogos são requisitados por Promotores de Justiça e Magistrados porque sua ciência oferece instrumentos essenciais para compreender a dimensão humana dos conflitos judiciais. A atuação psicológica fornece análises técnicas que esclarecem comportamentos, emoções e vínculos, permitindo que as decisões judiciais se fundamentam em uma visão mais ampla e justa da realidade.

O diálogo entre Psicologia e Direito fortalece a efetividade da justiça, promovendo não apenas a aplicação da norma, mas também a valorização da dignidade e da saúde mental das pessoas envolvidas nos processos. Assim, a Psicologia jurídica se consolida como um campo indispensável à construção de uma sociedade mais ética, equilibrada e humanizada.

Os psicólogos são requisitados por Promotores de Justiça e Magistrados porque sua ciência oferece instrumentos essenciais para compreender a dimensão humana dos conflitos judiciais. A atuação psicológica fornece análises técnicas que esclarecem comportamentos, emoções e vínculos, permitindo que as decisões judiciais se fundamentam em uma visão mais ampla e justa da realidade.

O diálogo entre Psicologia e Direito fortalece a efetividade da justiça, promovendo não apenas a aplicação da norma, mas também a valorização da dignidade e da saúde mental das pessoas envolvidas nos processos. Assim, a Psicologia jurídica se consolida como um campo indispensável à construção de uma sociedade mais ética, equilibrada e humanizada. Além do campo empresarial, a Psicologia Organizacional no Brasil também se estende às organizações públicas e ao terceiro setor, atuando na gestão de equipes, na melhoria do clima institucional e na promoção de políticas de valorização profissional. Essa ampliação de contextos reforça o caráter multidisciplinar e social dessa área do

conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Organizacional é um campo essencial para a compreensão e a transformação das relações humanas no trabalho. Sua atuação ultrapassa a dimensão técnica e alcança a esfera ética e social, contribuindo para a construção de ambientes mais justos, saudáveis e produtivos.

Conhecer a Psicologia Organizacional significa reconhecer a importância do ser humano como protagonista dos processos institucionais. As organizações modernas, ao valorizarem as pessoas, fortalecem sua capacidade de inovação e sustentabilidade.

O papel do psicólogo organizacional é, portanto, atuar como mediador entre as necessidades individuais e os objetivos coletivos, promovendo o desenvolvimento humano e o equilíbrio entre o bem-estar e a eficiência. No contexto contemporâneo, marcado por transformações constantes, essa área reafirma seu compromisso com o aprimoramento das relações de trabalho e com a dignidade do ser humano como elemento central das organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G. *Trabalho e identidade: perspectivas da Psicologia Organizacional e do Trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2010
- BERGAMINI, C. W. *Motivação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2014.
- BÖCK, G. *Psicologia Jurídica: teoria e prática no contexto forense*. São Paulo: Votor, 2019.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- GONDIM, S. M. G.; ZANELLI, J. C. *Psicologia aplicada ao contexto jurídico*. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- JACÓ-VILELA, A. M. *Psicologia e justiça: interfaces e práticas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016.
- LAGO, V. M.; MORAIS, M. R. *Psicologia jurídica: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Atlas, 2020.
- LUZ, R. *Gestão do clima organizacional*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2018.
- SPECTOR, P. E. *Psicologia nas organizações*. São Paulo: Saraiva, 2012.

TRINDADE, Jorge. *Manual de Psicologia jurídica para Operadores do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2007

VERGARA, S. C. *Gestão de pessoas*. São Paulo: Atlas, 2021.

YAMAMOTO, O. H.; CAMPOS, R. H. F. *Psicologia e práticas sociais*. São Paulo: Cortez, 2015.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FUNDAMENTOS DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL

Autor(a): Flavia De Moraes Viventi

RESUMO

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) constitui uma das abordagens psicológicas mais influentes e eficazes no campo da saúde mental contemporânea. Fundamentada na integração entre princípios cognitivos e comportamentais, ela busca compreender e modificar padrões de pensamento, emoções e comportamentos disfuncionais, promovendo o bem-estar psicológico e a adaptação saudável do indivíduo ao meio. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise dos fundamentos teóricos, filosóficos e metodológicos da TCC, destacando sua origem, seus conceitos centrais e suas aplicações clínicas. A partir de uma perspectiva científica e aplicada, são abordados os principais pressupostos da TCC, os processos cognitivos envolvidos na manutenção do sofrimento psíquico e as estratégias utilizadas para sua intervenção. Por fim, discute-se o papel da TCC no contexto contemporâneo da psicologia clínica e sua relevância no enfrentamento dos desafios emocionais e comportamentais do sujeito moderno.

Palavras-chave: terapia cognitivo-comportamental; psicologia clínica; cognição; comportamento; intervenção psicológica.

INTRODUÇÃO

A Terapia Cognitivo-Comportamental emergiu na segunda metade do século XX como uma resposta à necessidade de integrar o estudo do comportamento observável com a compreensão dos processos mentais internos. Essa abordagem baseia-se na premissa de que os pensamentos, sentimentos e comportamentos estão interligados, e que a modificação dos padrões cognitivos disfuncionais pode gerar mudanças significativas nas emoções e ações do indivíduo.

O campo da TCC representa um ponto de convergência entre a psicologia experimental, a filosofia empirista e o desenvolvimento das terapias comportamentais e cognitivas. No cenário clínico contemporâneo, a TCC destaca-se pela sua estruturação, objetividade e eficácia

comprovada no tratamento de diversos transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade, fobias, transtorno obsessivo-compulsivo, entre outros.

O presente artigo tem como propósito explorar os fundamentos da Terapia Cognitivo-Comportamental, evidenciando sua evolução histórica, seus princípios teóricos, sua metodologia de intervenção e suas contribuições para a prática psicológica no Brasil. Busca-se apresentar uma visão abrangente e crítica dessa abordagem, destacando o equilíbrio entre teoria e prática, bem como sua ênfase na autonomia e na responsabilidade do paciente no processo terapêutico.

Contexto histórico e formação da Terapia Cognitivo-Comportamental

A origem da Terapia Cognitivo-Comportamental está associada à integração de duas tradições teóricas da psicologia: o comportamentalismo e a psicologia cognitiva. No início do século XX, o behaviorismo, ao priorizar o estudo do comportamento observável, dominou o cenário científico e influenciou as primeiras práticas terapêuticas baseadas em condicionamento. Essa visão enfatizava a aprendizagem como processo central na formação e modificação de condutas humanas.

Entretanto, a partir da década de 1950, surgiu um movimento de contestação a essa perspectiva estritamente comportamental, impulsionado pelo avanço das pesquisas em cognição e linguagem. A chamada “revolução cognitiva” introduziu o estudo dos processos mentais — como percepção, memória, pensamento e crenças — na explicação do comportamento. Para compreendermos o modelo cognitivo comportamental, parte-se da premissa de que os eventos ativam os pensamentos, os quais geram como consequência as emoções e os comportamentos. Neste sentido, a mesma situação pode gerar diferentes interpretações em diferentes indivíduos, assim como diferentes interpretações podem ser realizadas pelo mesmo indivíduo sobre a mesma situação, a depender do seu estado emocional, humano. (PERRONE, p. 54, Curitiba, 2011)

A partir dessa confluência teórica, a Terapia Cognitivo-Comportamental consolidou-se como um modelo integrado, que reconhece tanto a importância do ambiente e da aprendizagem quanto o papel das interpretações e esquemas mentais na determinação das respostas emocionais e comportamentais. Essa integração conferiu à TCC um caráter científico, empírico e ao mesmo

tempo humanista, centrado na capacidade do sujeito de reestruturar suas cognições e transformar seus comportamentos.

Fundamentos teóricos e filosóficos da Terapia Cognitivo-Comportamental

A base filosófica da TCC encontra-se nas tradições do empirismo, do funcionalismo e do pragmatismo. Essas correntes enfatizam que o conhecimento se constrói pela experiência e pela observação das relações entre o indivíduo e o ambiente. Assim, a TCC parte da premissa de que as crenças e interpretações sobre a realidade influenciam diretamente as respostas emocionais e comportamentais.

Do ponto de vista teórico, a TCC considera que os pensamentos automáticos, os esquemas cognitivos e as crenças centrais estruturam a forma como o indivíduo percebe e reage ao mundo. Esses esquemas, construídos ao longo da vida, podem ser adaptativos ou disfuncionais, dependendo das experiências de aprendizagem e dos contextos vivenciados.

A abordagem cognitivo-comportamental assume, portanto, que a mudança terapêutica decorre da identificação e da modificação desses padrões cognitivos inadequados. O terapeuta atua como facilitador de um processo de autoconhecimento e reestruturação mental, promovendo uma compreensão mais realista e funcional das situações cotidianas. A filosofia subjacente à TCC também valoriza a racionalidade, a autonomia e a responsabilidade pessoal, princípios que reforçam sua aplicabilidade em diferentes contextos culturais e sociais.

Estrutura e objetivos do processo terapêutico

O processo terapêutico na TCC é estruturado, colaborativo e orientado para objetivos específicos. Desde o início do tratamento, terapeuta e paciente estabelecem metas claras e mensuráveis, relacionadas às dificuldades apresentadas. A relação terapêutica é pautada pela colaboração empírica, ou seja, pela construção conjunta do conhecimento sobre os pensamentos, emoções e comportamentos do indivíduo.

O principal objetivo da TCC é promover a reestruturação cognitiva, permitindo que o paciente reconheça e modifique pensamentos automáticos distorcidos que mantêm o sofrimento psicológico. Para isso, utilizam-se técnicas de registro de pensamentos, questionamento socrático, experimentos comportamentais e ativação comportamental, entre outras.

O processo terapêutico busca não apenas reduzir sintomas, mas também desenvolver habilidades de enfrentamento, autocontrole e autoconhecimento. Dessa forma, a TCC valoriza a prevenção de recaídas e a promoção da independência do paciente, enfatizando o aprendizado de estratégias que possam ser utilizadas fora do contexto clínico.

Processos cognitivos e comportamentais no desenvolvimento humano

A TCC considera que os processos cognitivos se desenvolvem em interação constante com o ambiente social e cultural. A aprendizagem, nesse contexto, é vista como um processo contínuo de aquisição e modificação de crenças e comportamentos. Desde a infância, o sujeito internaliza padrões de pensamento e valores que orientam suas respostas emocionais diante das experiências de vida.

Esses processos cognitivos influenciam a percepção de si mesmo, dos outros e do mundo. Quando distorcidos, podem gerar interpretações negativas, expectativas irrealistas e sentimentos de inadequação. Assim, a compreensão do desenvolvimento humano sob a ótica da TCC envolve o reconhecimento de que as crenças e esquemas formados ao longo da vida podem ser revistos, ressignificados e modificados.

A perspectiva cognitivo-comportamental defende que a mudança é possível em qualquer fase do ciclo vital, desde que o indivíduo se engaje ativamente no processo de autoconhecimento e reconstrução cognitiva. Essa visão otimista do ser humano como agente de transformação é um dos pilares éticos e teóricos da abordagem.

Técnicas e estratégias de intervenção

As técnicas utilizadas na TCC variam conforme a natureza do problema e as características do paciente, mas seguem princípios comuns: a observação sistemática, o registro de pensamentos e comportamentos, a experimentação e o monitoramento de resultados. Entre as principais estratégias estão:

Reestruturação cognitiva: visa identificar e modificar pensamentos automáticos negativos, substituindo-os por interpretações mais realistas e funcionais.

Treino de habilidades sociais: auxilia o indivíduo a melhorar a assertividade e o relacionamento interpessoal.

Exposição gradual: utilizada no tratamento de fobias e transtornos de ansiedade, ajuda o paciente a enfrentar situações temidas de forma controlada.

Resolução de problemas: desenvolve a capacidade de analisar situações e encontrar alternativas adaptativas.

Relaxamento e controle de respiração: reduzem sintomas fisiológicos da ansiedade e favorecem o equilíbrio emocional.

Essas estratégias, aplicadas de modo integrado, possibilitam o fortalecimento da autoconfiança e o aumento da percepção de controle sobre a própria vida.

A Terapia Cognitivo-Comportamental no contexto clínico contemporâneo

No cenário atual da psicologia clínica, a TCC consolidou-se como uma das abordagens mais utilizadas em virtude de sua eficácia comprovada e de sua compatibilidade com diferentes contextos culturais. A estrutura metodológica da TCC, baseada em evidências, facilita a aplicação de protocolos específicos para diversos transtornos e condições psicológicas.

A abordagem também se mostra flexível e adaptável a novas demandas da sociedade contemporânea, incluindo o uso de tecnologias digitais, terapias on-line e programas de prevenção em saúde mental. No Brasil, o crescimento da TCC reflete-se na expansão dos cursos de formação, na produção científica e na ampliação das práticas clínicas e institucionais fundamentadas nesse modelo.

Sua aplicação transcende o espaço clínico, alcançando áreas como educação, trabalho, esporte e saúde pública, demonstrando seu caráter abrangente e interdisciplinar.

Aspectos éticos e humanistas na prática da TCC

A TCC, embora centrada em princípios científicos, mantém forte compromisso ético e humanista. A prática terapêutica baseia-se no respeito à individualidade e na valorização do potencial de crescimento do ser humano. O terapeuta atua como facilitador do autoconhecimento e da mudança, e não como detentor do saber absoluto.

Além disso, a abordagem valoriza a empatia, a escuta ativa e a colaboração. O foco na autonomia do paciente reflete uma postura ética que estimula a responsabilidade pessoal e o exercício da liberdade consciente. A TCC, portanto, não se limita à modificação de pensamentos ou comportamentos, mas promove um processo de reconstrução de sentido, permitindo que o indivíduo encontre novas formas de compreender a si mesmo e o mundo.

CONCLUSÃO

A Terapia Cognitivo-Comportamental representa uma das mais consistentes e eficazes abordagens da psicologia contemporânea. Sua solidez teórica e empírica, aliada à flexibilidade metodológica, possibilita uma compreensão ampla do comportamento humano e de suas relações com os processos mentais.

Os fundamentos da TCC revelam um modelo de intervenção que privilegia a interação entre cognição, emoção e comportamento, sustentado por princípios éticos e científicos. Ao propor a modificação de pensamentos disfuncionais e a promoção de comportamentos saudáveis, a TCC contribui significativamente para o alívio do sofrimento psíquico e o fortalecimento da autonomia do indivíduo.

A abordagem demonstra, ainda, um compromisso com o desenvolvimento humano integral, promovendo a integração entre razão e emoção, teoria e prática, indivíduo e sociedade. Sua relevância no contexto clínico, educacional e social reflete o potencial da Psicologia como ciência e como prática comprometida com a transformação e o bem-estar humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORDIOLI, A. V. *Psicoterapias: abordagens atuais*. Porto Alegre: Artmed, 2020.
- KNAPP, P. *Terapia Cognitivo-Comportamental na prática psiquiátrica*. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- FALCONE, E. M. O. *Psicologia Cognitivo-Comportamental: fundamentos e aplicações*. São Paulo: Votor, 2018.
- LOPES, F. L. *Manual de Terapia Cognitivo-Comportamental: princípios, técnicas e aplicações clínicas*. São Paulo: Hogrefe, 2021.
- PERRONE, A. K. & TRIDAPAL, M. I. R. (Org.) - Introdução à Psicologia, FASBAM, Curitiba 2021.
- SILVA, J. A.; GONÇALVES, M. F. *Fundamentos e técnicas da Terapia Cognitivo-Comportamental*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2019.
- VASCONCELOS, L. C. *A Terapia Cognitivo-Comportamental e o desenvolvimento humano*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2022.
- YOSHIDA, E. M. P. *Intervenções Cognitivo-Comportamentais: teoria e prática*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2017.

O PROTAGONISMO DO ESTUDANTE: LEGISLAÇÃO, DOCUMENTOS ORIENTADORES E A VISÃO DE TEÓRICOS

Autora: Eduarda Pirini Pedro

RESUMO

A visão do papel do aluno, sua forma de aprender e os objetivos de aprendizagem nas escolas do Brasil sofreu mudanças significativas ao longo dos anos. Atualmente, o conceito do papel do aluno está ligado a ideia do sujeito como o real protagonista no seu próprio processo de ensino aprendizagem e não como um mero receptor de conteúdos a serem decorados e repassados em folhas de provas e testes. Além disso, a educação assume como objetivo o desenvolvimento integral do sujeito para a vida individual e coletiva. O presente artigo pretende apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre a presença da visão do aluno como um sujeito ativo e protagonista no processo de ensino aprendizagem na legislação vigente, nos documentos orientadores e nos discursos e metodologias dos autores Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella. Ademais, passará brevemente pela necessidade da mudança da postura do educador enquanto aquele que não está mais em sala de aula para transmitir conhecimentos, mas mediar, educar e ser educado no processo.

Palavras-chave: protagonismo, aluno, educação e autonomia.

INTRODUÇÃO

As palavras educação e mudança estão fortemente ligadas. A educação precisa de mudanças para acompanhar as exigências da atualidade, sejam essas mudanças de caráter coletivo ou individual. Por outro lado, as mudanças só acontecem mediante à existência da educação e de todo o processo de aprendizagem. Portanto, com o passar dos anos, os conceitos ligados à educação sofreram diversas transformações. Dentre elas, a visão do papel do aluno como um ser receptor de conhecimentos para aquele que deve ser um sujeito ativo, protagonista

do seu próprio processo de aprendizagem. Por consequência, houve também uma mudança no conceito do papel do professor como o detentor de todo o saber para um mediador, disposto a educar e ser constantemente educado.

Este artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa bibliográfica acerca da legislação vigente, dos principais documentos orientadores publicados pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, além de recordar os conceitos de Paulo Freire, que rejeitava a educação bancária e reforçava a necessidade de uma educação libertadora, e os posicionamentos do filósofo e educador Mário Sérgio Cortella, que parte da visão atual do mundo, ao mesmo tempo que resgata as ideias de Paulo Freire.

1 - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS ORIENTADORES

O conceito de protagonismo pode ser encontrado de diversas formas em leis e documentos orientadores da educação no Brasil. Há aqueles que citam diretamente as palavras “protagonista” e “protagonismo”. Há aqueles que trazem o conceito base do protagonismo: a autonomia e formação do cidadão para a vida no aspecto coletivo e individual. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), trata-se como o desenvolvimento pleno do educando, bem como o preparo para a cidadania, estabelecendo:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na Base Comum Nacional Curricular (BNCC, 2017), documento normativo que estabelece as aprendizagens que todos os estudantes devem acessar ao longo da educação básica no Brasil, as palavras “protagonismo” e “protagonista” são mencionadas mais de 60 vezes em diversos contextos. Dentre as competências gerais a serem desenvolvidas na educação básica, definidas pela BNCC, temos:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica,

significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (Brasil, 2017, p. 9)

Logo, é relevante pontuar que a proposta do protagonismo na educação não acaba em si, mas pretende expandir-se para outros âmbitos da formação da vida pessoal e coletiva do sujeito, bem como no desenvolvimento geral de habilidades e competências.

O Currículo da Cidade do Ensino Fundamental (2019), documento publicado pela Secretaria de Educação de São Paulo, busca definir, alinhado à BNCC, as aprendizagens essenciais da Educação Básica. Este documento apresenta a Matriz dos Saberes, que tem por objetivo principal a formação do cidadão. A Matriz estabelece, no princípio de Responsabilidade e Participação, a necessidade de desenvolver um saber específico e apresenta o objetivo de adquiri-lo. Vejamos:

Saber: Reconhecer e exercer direitos e deveres, tomar decisões éticas e responsáveis para consigo, o outro e o planeta, desenvolvendo o protagonismo, a brincadeira e o direito de fazer escolhas, expressando seus interesses, hipóteses, preferências etc.; Para: Agir de forma solidária, engajada e sustentável, respeitar e promover os direitos humanos e ambientais, participar da vida cidadã e perceber-se como agente de transformação. (São Paulo, 2019, p. 37)

2 – CONCEITOS

2.1 – PAULO FREIRE

Os estudiosos da educação abordam o conceito do protagonismo em sala de aula de diferentes formas. Nas obras de Paulo Freire, o educador e filósofo demonstra rejeição e intensa crítica ao que ele chama de educação “bancária”.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas

que arquivam. [...] Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 2014, p. 38)

Ao rejeitar a educação bancária, Freire (2002, p.7) reforça a necessidade de uma “pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando”. Em Pedagogia do Oprimido (1996, p. 69), Freire afirma:

O importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que [...] os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros.

É necessário que a prática do professor favoreça o aluno como protagonista para que de fato o aluno assuma este papel e não seja apenas um receptor. Na busca pela autonomia e perfil crítico do estudante, Freire também indica o que é necessário à prática do professor ao subdividir a obra Pedagogia da Autonomia (2002), publicada originalmente em 1996, de acordo com o que ele define como prática ideal de ensino, que envolve a necessidade de respeito aos saberes dos educandos, respeito a autonomia do ser do educando, saber escutar, além de ter consciência que ensinar não é transmitir conhecimentos e sim dar voz aos alunos, criando possibilidades para que o conhecimento seja construído coletivamente. Freire (2002, p. 21) relata que:

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

2.2 – MÁRIO SÉRGIO CORTELLA

Atualmente, o filósofo, escritor e professor Mário Sérgio Cortella também aborda o tema do protagonismo dos alunos no processo de ensino aprendizagem, esclarecendo o que é necessário

para que o protagonismo do aluno aconteça de forma efetiva, enfatizando o caráter emancipatório da educação. Vejamos o que Cortella (2023) relata:

Para que o protagonismo tenha a presença e não seja apenas uma intenção que fica distante da prática, é necessário que as tarefas do dia a dia tenham empenho nessa direção do protagonismo, da iniciativa, do empreendedorismo e da proatividade. Por isso, é necessário romper com uma postura aqui ainda presente que é a passividade discente, que não se manifesta em outras instâncias que essa geração mais jovem tem no mundo digital, em que tem uma presença ativa, tem a possibilidade fazer a sua produção, suas postagens por meio do uso da tecnologia. A escolarização não pode se furtar de produzir situações que não substituem à docência, mas que necessitam dar a cada criança uma perspectiva emancipatória, em que ela não apenas aprenda, mas que aprenda a aprender.

Quanto ao papel do professor, Cortella (2021) compartilha a sua própria postura enquanto formador de futuros professores que incentiva que os seus alunos se tornem pessoas que participem da educação de suas crianças e jovens, promovendo autonomia e pensamento crítico de forma a libertá-los e, portanto, libertar-se no processo. Ao tratar do protagonismo do aluno, Cortella (2023) também salienta que o tema é debatido na educação desde o início do século 20 e relembra que Paulo Freire e outros estudiosos já trabalhavam a autoria da criança no seu aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa bibliográfica apresentada neste artigo, foi possível observar que todos os documentos atuais estão devidamente alinhados em relação ao protagonismo do aluno, os objetivos da educação e o papel do professor no processo de ensino aprendizagem. Ao afirmar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Base Comum Curricular Nacional (BNCC) e o Currículo da Cidade estão alinhados, é necessário considerar que a LDB estabelece as normas e princípios da educação, a BNCC define os conteúdos e competências a serem desenvolvidos e o Currículo da Cidade adapta tudo que é ofertado pela BNCC à realidade local, considerando a

diversidade cultural e as características específicas do estado de São Paulo.

As publicações de Paulo Freire em 1996 já traziam colocações sobre a educação que estão de acordo com os documentos como a BNCC de 2017 e o Currículo da Cidade de 2019. Assim como está de acordo com as ideias aqui apresentadas de Mário Sérgio Cortella de 2021 e 2023. Com o avanço do conceito do papel que cada sujeito deve assumir em sala de aula, é preciso levar em consideração que o aluno tem o direito de adquirir autonomia, de desenvolver o seu pensamento crítico e de ser o protagonista de sua aprendizagem, a fim de alcançar o seu pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 nov. 2025.
- SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade**: Ensino Fundamental: componente curricular: Língua Portuguesa. – 2.ed. – São Paulo: SME / COPED, 2019.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **Mario Sérgio Cortella fala sobre ética e protagonismo do aluno**. Educação em Pauta, 13 setembro 2023. Disponível em: <<https://sinepers.org.br/educacaoempauta/com-a-palavra/mario-sergio-cortella-fala-sobre-etica-e-protagonismo-do-aluno/>>. Acesso em: 31 out. 2025.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **Autonomia, liberdade e objetivos** - Mario Sérgio Cortella e Luiz Hanns. Youtube, 01 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8QL1w4W3Tx0>>. Acesso em: 06 nov. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

A OBESIDADE E SAÚDE ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS: DESAFIOS E IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA¹

Autor(a): Rosana Farias dos Santos

RESUMO

A obesidade tem se tornado um dos maiores problemas de saúde pública em todo o mundo, afetando diversas faixas etárias, sendo particularmente alarmante entre adolescentes e jovens. A prevalência dessa condição tem aumentado nos últimos anos, sendo um reflexo de mudanças nos padrões alimentares, sedentarismo e fatores sociais e psicológicos que influenciam o comportamento alimentar e físico dessa faixa etária. Este artigo visa discutir a obesidade entre adolescentes e jovens, seus impactos na saúde física e mental, bem como apresentar algumas abordagens e estratégias de prevenção e tratamento.

Palavras-chave: Obesidade; Saúde do Adolescente; Saúde Pública; Estilo de Vida.

INTRODUÇÃO

Estudos têm mostrado que a obesidade infanto-juvenil é um dos maiores problemas de saúde em muitos países. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 340 milhões de crianças e adolescentes, com idades entre 05 e 19 anos, estavam com sobrepeso ou obesidade em 2016, o que demonstra a magnitude do problema. A obesidade está associada a uma série de complicações de saúde, como doenças cardiovasculares, diabetes tipo II, hipertensão, problemas respiratórios e articulares, além de questões psicológicas, como ansiedade e depressão.

A adolescência e a juventude são períodos críticos de desenvolvimento físico e emocional, e a obesidade pode interferir nesse processo, prejudicando não apenas a saúde física, mas

¹ Este artigo fornece um panorama sobre o aumento da obesidade entre adolescentes e jovens, destacando seus impactos e propondo estratégias para prevenção e tratamento dessa condição. O tema exige atenção, dado seu impacto direto na saúde e qualidade de vida de uma geração.

também a autoestima e a qualidade de vida. A pressão social e os estigmas associados ao peso podem afetar a saúde mental dos jovens, aumentando o risco de distúrbios alimentares e problemas psicológicos.

Causas da Obesidade Adolescentes e Jovem

A obesidade na adolescência e juventude é multifatorial, envolvendo uma combinação de fatores genéticos, ambientais, comportamentais e sociais. Entre as principais causas estão:

Alimentação inadequada- O aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em calorias, açúcares e gorduras saturadas, tem contribuído significativamente para o aumento do índice de obesidade entre jovens. O consumo de Fast food e refrigerantes é particularmente alarmante, pois são alimentos que têm alta densidade calórica, mas baixo valor nutricional. Sedentarismo: O estilo de vida sedentário, impulsionado pelo uso excessivo de tecnologias como celulares, computadores e videogames, tem afastado os jovens das atividades físicas. A falta de exercício regular contribui diretamente para o ganho de peso e o desenvolvimento de doenças metabólicas.

Fatores psicológicos e emocionais- O estresse, a ansiedade e a depressão podem levar os jovens a desenvolverem hábitos alimentares prejudiciais, como o comer emocional. Além disso, a pressão social para manter um corpo idealizado pode desencadear comportamentos alimentares inadequados.

Fatores genéticos e familiares- A genética também desempenha um papel importante no desenvolvimento da obesidade, mas os hábitos alimentares familiares e o estilo de vida influenciam diretamente o risco de obesidade em adolescentes e jovens.

Consequências da Obesidade na Saúde Física e Mental

As consequências da obesidade são vastas e afetam tanto a saúde física quanto a saúde mental dos jovens. Entre as principais complicações físicas, destacam-se:

- Doenças cardiovasculares: O aumento de gordura corporal está diretamente associado ao risco de hipertensão, doenças coronárias e acidente vascular cerebral (AVC).
- Diabetes tipo 2: O excesso de peso prejudica a capacidade do corpo de regular a glicose, aumentando o risco de diabetes tipo 2, uma condição que tem se tornado cada vez mais comum entre adolescentes e jovens.
- Distúrbios hormonais e metabólicos: A obesidade pode levar a desequilíbrios hormonais, como a resistência à insulina, que prejudica o metabolismo e pode desencadear uma série de doenças.

Além disso, a obesidade pode afetar a saúde mental dos jovens, causando ou exacerbando problemas como:

- Baixa autoestima: O estigma social associado ao peso pode levar a uma diminuição da autoestima e sensação de inadequação, o que prejudica o bem-estar emocional.
- Ansiedade e depressão: A obesidade está frequentemente associada ao aumento do risco de transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão, especialmente quando os jovens enfrentam bullying ou discriminação por causa de seu peso.

Prevenção e Tratamento da Obesidade em Jovens

A prevenção da obesidade é fundamental e envolve mudanças no estilo de vida, que devem ser implementadas desde cedo para promover hábitos saudáveis. Algumas estratégias incluem:

- Educação alimentar: A educação nutricional é crucial para que os jovens compreendam a importância de uma alimentação equilibrada e saudável. Programas escolares e campanhas de conscientização podem ser eficazes nesse sentido.
- Promoção de atividades físicas: A prática regular de exercícios físicos deve ser incentivada, seja por meio de esportes, atividades recreativas ou simples caminhadas. A criação de ambientes que incentivem a atividade física, como parques e academias públicas, pode ajudar.

- Apoio psicológico: O apoio psicológico é essencial para lidar com questões emocionais que podem estar relacionadas à obesidade. Terapias que abordem a relação do jovem com a comida e a autoestima podem ser fundamentais para tratar a obesidade de forma eficaz.
- Apoio familiar e social: O ambiente familiar tem um grande impacto sobre os hábitos alimentares e o estilo de vida dos jovens. Portanto, é importante que os pais e cuidadores também adotem hábitos saudáveis e incentivem comportamentos positivos.
- Intervenção precoce: O diagnóstico precoce e a intervenção médica também são fundamentais para o tratamento eficaz da obesidade. O acompanhamento de um profissional de saúde, como nutricionista e endocrinologista, pode ajudar a desenvolver um plano de tratamento personalizado.

CONCLUSÃO

A obesidade entre adolescentes e jovens é um problema crescente que afeta tanto a saúde física quanto mental, com consequências de longo prazo para a qualidade de vida dos indivíduos. A prevenção e o tratamento eficaz da obesidade dependem de uma abordagem multifatorial, envolvendo educação alimentar, promoção da atividade física, apoio psicológico e intervenção precoce. Para que a sociedade possa lidar com esse desafio de forma eficaz, é essencial que se criem políticas públicas que incentivem hábitos saudáveis e promovam o acesso a tratamentos adequados para os jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Organização Mundial da Saúde (OMS). Obesidade e sobrepeso. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>
- GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- RIBEIRO, M. A.; SANTOS, L. E. R. Obesidade Infantojuvenil: Causas, Consequências e Intervenções. Revista Brasileira de Saúde Pública, São Paulo, 2019.

MARTINS, A. S.; MORAES, D. E. A.; LOPES, C. L. Obesidade, Comportamento Alimentar e Fatores Psicossociais: Uma Revisão. *Revista Brasileira de Psicologia*, 2018.

FISBERG, M. Obesidade na Adolescência: Aspectos Clínicos e Intervenções. *Jornal de Pediatria e Adolescência*, 2019.

O SUCESSO ESCOLAR ATRAVÉS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Autor(a): Roberta Cavalheiro Milani

RESUMO

A gestão democrática é um princípio fundamental da educação brasileira, consagrado na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Este artigo discute como a gestão democrática contribui para o sucesso escolar, analisando a participação da comunidade escolar, os impactos no aprendizado e no desenvolvimento dos estudantes, bem como os desafios para sua implementação. Ao envolver professores, estudantes, pais e funcionários nas decisões escolares, a gestão democrática promove um ambiente inclusivo, colaborativo e comprometido com a qualidade do ensino. O estudo reforça que sua prática efetiva vai além da formalidade legal, constituindo-se como instrumento de transformação social e educacional.

Palavras-chave: gestão democrática; sucesso escolar; participação; educação inclusiva; cidadania.

INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito fundamental e representa um dos pilares centrais para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. No contexto brasileiro, a gestão democrática configura-se como um princípio basilar da educação pública, previsto no Art. 206 da Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996). Esse princípio estabelece que o ensino público deve ser organizado de forma participativa, envolvendo a comunidade escolar na administração e nas decisões pedagógicas e institucionais.

Considerando esse cenário, este trabalho tem como tema a gestão democrática na escola pública e delimita-se à análise de sua importância para o fortalecimento da participação coletiva e para a melhoria do processo educativo. O problema que orienta a investigação consiste em

compreender como a gestão democrática contribui para o desenvolvimento de práticas participativas e para a formação de sujeitos críticos no ambiente escolar. Assim, o objeto de estudo refere-se às práticas e aos mecanismos de participação adotados no âmbito da gestão escolar.

O objetivo geral é analisar a relevância da gestão democrática para o processo formativo dos estudantes e para a construção de ambientes escolares colaborativos. Como objetivos específicos, busca-se:

- (a) discutir os fundamentos conceituais da gestão democrática;
- (b) identificar sua relação com a participação da comunidade escolar;
- (c) compreender sua contribuição para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos alunos.

Em consonância com esses propósitos, o trabalho foi elaborado por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem educação democrática e participação escolar. Gadotti (2001) comprehende a gestão democrática como uma concepção dialética capaz de transformar conflitos e interesses diversos em oportunidades de aprendizagem coletiva. Freire (2001) acrescenta que a gestão democrática favorece a formação de sujeitos críticos e participativos, reforçando a importância do diálogo e da colaboração no cotidiano escolar. Dessa forma, evidencia-se que a gestão democrática se apresenta como elemento essencial para o sucesso escolar e para a formação de cidadãos autônomos, ao integrar todos os atores da escola nos processos de tomada de decisão.

A Gestão Democrática e o Sucesso Escolar

Participação e Engajamento da Comunidade

A participação ativa de estudantes, pais, professores e funcionários favorece um clima escolar positivo, essencial para a aprendizagem. Paro (2006) aponta que escolas com gestão participativa apresentam maior motivação estudantil, engajamento docente, redução de conflitos e melhor comunicação interna. Além disso, segundo Freire (2001), a gestão democrática promove habilidades sociais como liderança e resolução de conflitos.

Impactos na Aprendizagem

Farsarella (2013) observa que práticas democráticas fortalecem o ensino-aprendizagem, tornando-o mais contextualizado e significativo. A participação coletiva no planejamento pedagógico garante decisões alinhadas às necessidades reais da comunidade, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes nas dimensões cognitiva, social e emocional.

Exemplos de Práticas Bem-Sucedidas

Entre as práticas que caracterizam uma gestão democrática bem-sucedida destacam-se:

- Grêmios estudantis e conselhos escolares ativos;
- Reuniões pedagógicas participativas;
- Projetos coletivos envolvendo toda a comunidade escolar;
- Transparência na gestão de recursos e decisões.

Desafios da Gestão Democrática

A implementação efetiva da gestão democrática enfrenta desafios como resistência de gestores a abandonar práticas autoritárias, falta de preparo para processos participativos, baixa participação contínua da comunidade e conflitos de interesse. Libâneo (2001) e Luck (2006, 2010) defendem que superar esses obstáculos requer formação continuada e criação de espaços de diálogo permanente.

Gestão Democrática e Formação Cidadã

A gestão democrática promove valores como respeito às diferenças, cooperação e responsabilidade social. Freire (2001) afirma que a educação democrática é instrumento de transformação social e contribui para a formação de sujeitos críticos capazes de compreender e intervir em sua realidade.

Conceito de Gestão Democrática

A gestão democrática caracteriza-se pela participação coletiva, transparência e respeito à diversidade de opiniões. Hora (2010) afirma que tal gestão ultrapassa a dimensão administrativa e propõe um ambiente onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. Libâneo (2001) reforça que

a gestão democrática distribui responsabilidades, promovendo corresponsabilidade e comprometimento com os objetivos educacionais.

Legislação e Normas Educacionais

A Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei 9.394/96) estabelecem mecanismos de participação da comunidade escolar, como conselhos e colegiados. Para Veiga (1997), a inclusão da comunidade nos processos decisórios contribui para um Projeto Político-Pedagógico (PPP) mais eficaz e representativo. As normas garantem transparência, participação ativa e alinhamento das políticas educacionais às necessidades locais.

OBJETO DE ESTUDO

Este estudo tem como objeto a relação entre a gestão democrática e o sucesso escolar, analisando de que forma práticas participativas impactam a aprendizagem, o engajamento da comunidade escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes. O interesse central está em compreender como a participação efetiva de diferentes atores — gestores, professores, estudantes, pais e comunidade local — influencia os processos pedagógicos e administrativos da escola.

A gestão democrática, enquanto princípio previsto nas políticas educacionais brasileiras, orienta práticas que valorizam a transparência, o diálogo e a corresponsabilidade. Dessa forma, investigar sua vinculação com o sucesso escolar implica observar como a abertura para a participação coletiva contribui para a construção de ambientes educativos mais acolhedores, inclusivos e comprometidos com a aprendizagem de todos.

Nesse contexto, busca-se compreender de que maneira instrumentos democráticos, como conselhos escolares, assembleias, reuniões participativas, grêmios estudantis e projetos coletivos, contribuem para melhorar a qualidade da educação. Esses mecanismos permitem que diferentes vozes sejam ouvidas e consideradas nos processos de tomada de decisão, favorecendo a criação de políticas internas mais adequadas às demandas reais da escola.

Além disso, pretende-se analisar como a gestão democrática influencia a cultura escolar, promovendo relações mais horizontais e colaborativas. Uma cultura organizacional baseada no

respeito mútuo e na participação tende a fortalecer vínculos, aumentar o senso de pertencimento e estimular o compromisso dos estudantes com o próprio processo educativo.

Outro aspecto importante é o impacto dessas práticas sobre o desempenho acadêmico e socioemocional dos estudantes. Ao possibilitar que alunos participem de decisões e sintam-se parte ativa da comunidade escolar, a gestão democrática pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades como autonomia, responsabilidade, liderança e pensamento crítico — fatores associados ao sucesso escolar em sentido amplo.

Por fim, este estudo busca identificar desafios e potencialidades na implementação de práticas democráticas no cotidiano das escolas. Ao analisar experiências concretas, pretende-se compreender quais condições estruturais, formativas e culturais favorecem ou dificultam a consolidação de uma gestão verdadeiramente participativa, capaz de promover uma educação de qualidade social para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teórica permite concluir que a gestão democrática exerce impacto significativo no sucesso escolar. Esse modelo de gestão, ao valorizar a participação coletiva nas decisões, cria um ambiente mais transparente e colaborativo, no qual professores, estudantes, famílias e demais membros da comunidade escolar se sentem corresponsáveis pelos processos educativos.

As práticas participativas, quando efetivamente implementadas, geram maior motivação entre os sujeitos envolvidos. O engajamento cresce na medida em que cada pessoa percebe que suas opiniões e experiências são consideradas na construção das ações pedagógicas. Esse reconhecimento fortalece o senso de pertencimento e contribui para a coesão interna da escola, favorecendo um clima organizacional mais positivo.

Como consequência direta desse envolvimento ampliado, observam-se melhorias tanto no desempenho acadêmico quanto na convivência escolar. Estudantes que se sentem ouvidos e valorizados tendem a participar mais das atividades, desenvolver autonomia e apresentar maior

responsabilidade com seus estudos. Do mesmo modo, a gestão democrática possibilita a criação de estratégias coletivas para prevenir conflitos e promover relações mais respeitosas entre todos.

Outro aspecto relevante é a contribuição da gestão democrática para a formação cidadã dos estudantes. Ao vivenciarem processos de decisão, debate e construção conjunta de regras, os alunos aprendem a atuar de forma mais crítica e colaborativa. Essa experiência ultrapassa os muros da escola, influenciando sua inserção social e incentivando práticas de participação ativa na comunidade em que vivem.

Por outro lado, os desafios identificados revelam que a consolidação desse modelo de gestão não ocorre de maneira automática. A efetivação da gestão democrática exige formação contínua dos profissionais da educação, de modo que compreendam seus princípios, saibam conduzir processos participativos e desenvolvam competências para o trabalho coletivo.

Além disso, é fundamental que a escola mantenha abertura constante ao diálogo. A escuta qualificada, o respeito às diferentes perspectivas e a busca por consensos são elementos essenciais para evitar que a participação se torne apenas formal, sem impacto real nas tomadas de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática constitui um instrumento fundamental para o sucesso escolar e a construção de uma educação de qualidade. Ao incluir todos os atores nos processos de decisão, fortalece a participação, promove a inclusão e fomenta uma cultura de colaboração. Seus benefícios extrapolam o ambiente escolar, contribuindo para formação de cidadãos críticos e responsáveis.

Consolidar a gestão democrática requer compromisso político, pedagógico e social, bem como práticas participativas contínuas. Implementá-la é investir na transformação da escola e na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

FARSARELLA, Ana Maria. Escola, qual é o seu projeto? *Presença pedagógica*, v. 19, n. 110, mar./abr. 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 2001.

HORA, Dinair Leal da. *Gestão educacional democrática*. 2. ed. Campinas: Alinea, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da escola: Teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LUCK, Heloísa. *Concepções e projetos democráticos de gestão educacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LUCK, Heloísa. *A gestão participativa na escola*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

VEIGA, I. P. A. (Org.). *Projeto Político Pedagógico – Uma Construção Possível*. Campinas, SP: Papirus, 1997.